

**ATA DE REUNIÃO Nº 13**

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete reuniram-se na sala do ICPREV, membros do conselho administrativo para realizar reunião referente ao mês de agosto.

Dando início foi dado boas vindas a todos os conselheiros e realizada a leitura da ata da reunião do mês anterior; a qual foi aprovada e assinada por todos os membros presentes.

Dando continuidade foi comunicado que no mês de agosto ocorreu apenas a aposentadoria de uma funcionária; a professora Magali Trein Soares, a qual foi concedida a partir do dia 17, amparada na regra de transição I, art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003.

Foi informado aos conselheiros que a concessão de licença premia para os servidores públicos municipais foi normatizada pelo poder executivo através do decreto 148/2017, ficando decretado que o acumulo licenças prêmio não gozadas à época de sua aposentadoria, não poderão ser convertidas em pecúnia. Somente poderão converter em pecúnia ou serem indenizadas as licenças prêmio que forem requeridas, expressamente e não forem concedidas pela administração pública, ficando aí comprovado que não gozaram de tal direito em benefício da administração.

Conforme sugestão da conselheira Marilene Artner, em reunião anterior foi convidado a sra. Zelia Slabiski, profissional com experiência na gestão do RPPS para participar de um dia de estudo com troca de experiências entre os conselheiros. Este encontro será realizado na sala de reuniões da prefeitura no dia 04 de setembro com a presença dos conselheiros do conselho de administração, fiscal e comitê de investimento. Ficando decido que este encontro será contabilizado como reunião referente ao mês de setembro.

Foi repassado aos conselheiros que neste mês o Instituto indeferiu o primeiro processo de aposentadoria; da professora Sidimeia Dias dos Santos; a qual devido a estar readapta desde o ano de 2008 não possui todos os requisitos necessários, conforme legislação vigente. Ressaltou-se a necessidade de reunir os funcionários readaptados para informa-los que a regra aplicada a eles não é a mesma dos professores. Solicitou-se ao conselheiro Mauro representante do poder executivo e funcionário da Secretaria Municipal de Educação que agendasse uma reunião com todos os professores/profissionais que se encontram readaptados para informa-los da legislação a qual estão inseridos.

Referente ao CNIS a sra. Morgana informou que foi ao INSS conforme combinado na reunião anterior e obteve a resposta de que cada funcionário deverá pessoalmente busca-lo, não podendo ser entregue a uma única pessoa. Informou também que referente a alteração da lei para a inclusão do valor da regência no salário os vereadores enviaram ao tribunal de conta o questionamento da legalidade e estão no aguardo da resposta.

Nada mais havendo a tratar lavro a presença ata que vai assinada por mim e demais presentes.